

A Revolução de 1930 e as oligarquias goianas: as disputas pelo poder em Goiás no pós-golpe

Carlos de Melo Júnior

Graduado no curso de bacharelado e licenciatura em História, pela Universidade Federal de Goiás. Atualmente cursando o curso de Especialização em *História: História Cultura e Poder*, na Universidade Federal de Goiás. e-mail: carlosmeloj@hotmail.com

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar as articulações e as disputas políticas em Goiás, decorrentes do período que compreende o Governo em esfera nacional de Getúlio Vargas, entre os anos de 1930 e 1937, bem como também apresentar uma discussão sobre as implicações da Marcha para o Oeste na sociedade e na política goiana. No decorrer do texto alguns fatos ligados à História Política da cidade de Catalão, localizada no sudeste do Estado de Goiás, serão utilizados como elementos ilustrativos para a composição do corpo conceitual do texto. Desta forma, pretende-se discutir as práticas políticas desenvolvidas no período segundo o contexto das novas configurações do Estado brasileiro, procurando estabelecer um exercício reflexivo acerca de como os projetos varguistas para o interior do país se configuraram na sociedade e na política goiana, nos anos 30 do século passado.

Palavras-chave: Disputas Políticas, Governo Vargas, Goiás, Oligarquias.

Abstract: The present paper aims at analyzing the articulations and the political contests in Goiás, during the period that comprehends the national government of Getúlio Vargas, between 1930 and 1937, as well as presenting a discussion about the involvements of the "March to the West" in society and in the politics of Goiás. Along the text some facts related to the political history of Catalão, located in the southeast of the state of Goiás, will be used as illustrative elements for the composition of the text concepts. This way we intend to discuss the political practices developed in the period, according to the context of the new configurations of the Brazilian state, by establishing a reflexive exercise about how some Vargas' projects for the interior of the country were designed in society and in the politics of Goiás, during the 1930s.

Keywords: Political contests. Vargas government. Goiás. Oligarchies.

A predominância das oligarquias rurais no comando do Estado no Brasil encontra no final da década de 1920 um momento de discussão e de forte contestação. A tomada do poder pela Aliança Liberal, por meio de um golpe de estado, deu início a um governo que, entre outros, trouxe consigo a proposta de por fim à estrutura oligárquica que comandava o país efetivamente desde o final do século XIX.

A historiografia recente que aborda o tema, atualmente tem se voltado para o estudo dos impactos das ações do Estado Novo em diversas regiões do interior do país. Partindo dos mais variados temas, hipóteses, objetivos e paradigmas históricos, um número cada vez maior de autores volta-se para a compreensão dos fatos e acontecimentos do período e suas consequências para a formação social, política, econômica e cultural do país. O historiador Nars Fayad Chaul distingue no movimento de 1930, mais do que uma alternância das oligarquias no poder. Segundo Chaul o movimento de 1930 significou “a construção de um projeto político baseado na idealização da modernidade, com a participação realista das camadas medias urbanas” (CHAUL, 2002, p. 160). A partir de uma visão mais ampla do movimento de 1930 em Goiás, a historiadora Ana Lúcia Silva analisa o processo histórico com base na “teoria da dependência econômica”, partindo do princípio de que o Estado de Goiás formaria a periferia da periferia do sistema capitalista. Sob a ótica de Ana Lúcia, após 1930 o Estado não sofre alterações em seu conteúdo de classe. “Ele continua favorecendo as oligarquias. Essas continuam como as únicas beneficiárias da política econômica do Estado” (SILVA, 2002, p. 20).

Em meio às várias interpretações historiográficas feitas acerca do período histórico, constata-se a existência de um projeto de Estado para o interior do país, projeto este que se configura na “Marcha para o Oeste”, empreendida pelo Estado varguista. A partir da Marcha, buscava-se (segundo o discurso varguista) a afirmação da brasilidade através da interiorização. A Marcha era a busca do Brasil original e puro, que se configurava no interior do país. Segundo Alcir Lenharo, “a Marcha para o Oeste foi calcada propositalmente na imagem da nação que caminha pelas próprias forças em busca de sua concretização” (LENHARO, 1986, p. 56).

Fundamentado em uma estrutura governamental autoritária e centralizadora, o Estado brasileiro, que a partir da Revolução de 1930 passou a ser comandado por Getúlio Vargas, se pautou pela tentativa da construção de uma nova identidade nacional e de um novo modelo estatal. Segundo Ana Lúcia Silva:

A Revolução de 30 é um desses momentos de crise e reestruturação da acumulação, o que engendrou reestruturações em todos os níveis. Numa perspectiva mais ampla, 1930 é um dos momentos significativos da revolução burguesa no Brasil (SILVA, 2001, p. 17).

Em Goiás os novos arranjos políticos provenientes da Revolução de 1930 e a

Nova configuração do modelo do Estado promoveram uma reviravolta na estrutura oligárquico-familiar que comandava o território goiano. Novos agentes históricos e novos paradigmas políticos e administrativos entraram em cena no estado a partir de 1930.

No período anterior a 1920, não se registrou em Goiás, de forma significativa, nenhum movimento opositor à estrutura oligarquia-familiar dominante do estado brasileiro. As lutas políticas que se registraram em território goiano restringiram-se às disputas entre os grupos oligárquicos que lutavam pelo controle do aparelho do Estado em nível regional. Conforme nos diz Ana Lúcia Silva,

As lutas políticas inter-oligárquicas em Goiás na Primeira República, podem ser divididas em dois grandes períodos: o primeiro vai de 1889 a 1912 e se caracteriza pelo domínio familiocrata dos Bulhões; o segundo, de 1912 a 1930, se caracteriza pelo domínio, também familiocrático, dos Caiado (SILVA, 2001, p. 60).

A partir da segunda metade da década de 1920, porém, verifica-se o crescimento de um novo núcleo oposicionista no interior de Goiás que reivindicava o comando do estado. No entanto, a princípio, a contestação ao modelo de estado imperante nacionalmente no período não se fez presente em meio ao discurso opositor goiano. O surgimento dessa nova facção opositora relacionou-se inicialmente à luta pela superação da política caiadista que comandava Goiás na época. Contudo, o crescimento de um núcleo oposicionista esteve também diretamente associado ao crescimento econômico registrado nas regiões sul e sudoeste do estado na década de 1920. Como nos diz Ana Lucia,

À medida que as regiões sul e sudoeste tornaram-se economicamente as mais dinâmicas do estado, aumentaram também suas pretensões políticas. Seu poder político não correspondia ao seu poder econômico. Os políticos da região, inclusive, viam-se sistematicamente barrados, em suas pretensões eleitorais (SILVA, 2001, p. 111).

Apesar de primordialmente as pretensões oposicionistas se voltarem apenas para o controle do Estado de Goiás, com o passar do tempo suas reivindicações se articularam em nível nacional com a Aliança Liberal para compor o grupo que foi derrotado nas eleições presidenciais em 1930 e que articulou o golpe de estado que conduziu Getúlio Vargas ao poder. Segundo Maria Cristina Teixeira Machado, o processo político

que culminou no apoio das oligarquias anti-caiadistas goianas à Aliança Liberal se divide em 3 fases. A primeira fase é caracterizada pelo apoio ao governo federal por parte das oligarquias goianas, tanto a oligarquia dominante, os Caiado, quanto as oligarquias sulistas opositoras. Na segunda fase o movimento oposicionista goiano passa a “defender transformações mais amplas” (MACHADO, 1990, p. 120), em âmbito político. Já a terceira fase caracterizava-se pela orientação ao discurso liberal, encontrado nos discursos de modernidade e transformação política, das falas dos oligarcas opositores goianos. Tem-se então em Goiás o casamento entre os conceitos propagados pela Aliança Liberal e a percepção, por parte das oligarquias sulistas opositoras, de que sua luta política relacionava-se às disputas pelo poder em esfera nacional. Há de salientar que, apesar de os oligarcas opositores do sul e do sudoeste localizarem no discurso da Aliança Liberal e no movimento golpista de 1930 a oportunidade de tomada do poder em Goiás, e conseqüentemente a saída vitoriosa para seu conflito interno diante da oligarquia regionalmente dominante (o grupo comandado pela família Caiado), existia por parte do grupo sulista opositor, forte aceitação aos ideais propagados pela Aliança Liberal. Portanto, o processo de substituição do grupo dominante no poder do Estado de Goiás em 1930 não deve ser visto como uma mera substituição de oligarquias, argumento empregado por alguns estudiosos sobre o assunto, ao discutirem a relação entre as oligarquias goianas e o movimento golpista de 1930, utilizado, por exemplo, na obra *A Revolução de 30 em Goiás*, de Ana Lúcia Silva.

A ascensão da Aliança Liberal ao poder a nível nacional em 1930, após um golpe de estado, culminou em Goiás com a tomada do poder por parte das oligarquias rurais sulistas. Em consequência do golpe, no período pós-30 foi confiado a Pedro Ludovico Teixeira – médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e proveniente do grupo oposicionista da cidade de Rio Verde – o cargo de Interventor do Estado de Goiás. Em relação à indicação de Ludovico ao governo do estado, Nasr Fayad nos diz que

o nome de Ludovico ficou na ordem do dia devido a sua combatividade à ordem anterior e às afinidades que seu concunhado, o médico mineiro Diógenes Magalhães, mantinha com Vargas (CHAUL, 2002, p. 191).

Juntamente com Ludovico, chegaram ao poder em Goiás suas alianças oligárquicas sulistas. Segundo Maria Cristina Teixeira Machado,

Dos homens de 30, Sidney Pereira Almeida, Manuel Balbino de Carvalho e Diógenes Dolival Sampaio, ocupavam respectivamente as Prefeituras de Santa Rita, Jataí e Catalão. Salomão Clementino de Faria comandava a Força Pública do Estado. Mario Caiado, Nero de Macedo, Domingos Netto Vellasco e outros, ou participavam da administração do Estado, ou desenvolviam atividades políticas, fundando núcleos legionários e elaborando programas para o governo (MACHADO, 1990, p. 128).

Em Catalão no pós-1930 verifica-se a ascensão da família Sampaio ao poder. Marcado por um passado de intensas disputas políticas, a cidade de Catalão vivenciou durante a Primeira República o embate político protagonizado, principalmente, pelas famílias Netto, Sampaio, Campos e Andrade. Decorrente dos conflitos políticos locais, a família Sampaio, ainda no ambiente político pré-golpe de estado, compunha na região o principal alicerce da oposição ao grupo caiadista. Maria Cristina Teixeira Machado nos atenta para o fato de que

A família Sampaio, representada inicialmente por Luís Sampaio e depois por Diógenes Dolival Sampaio, significou poderosa força opositora ao poder estabelecido de então e, posteriormente, forte sustentáculo ao governo que ascendera (MACHADO, 1990, p. 92).

Aparentemente diferenciados em relação ao discurso, ao modelo de estado e ao regime de alianças políticas (entre outros), os grupos políticos que protagonizaram as disputas pelo poder no território goiano em 1930, tanto o grupo liderado pela família Caiado quanto o grupo que representava a Aliança Liberal em Goiás, economicamente se constituíram primordialmente das mesmas bases políticas e econômicas. Segundo Maria Cristina, “os homens de 30 foram ligados a propriedade de terras – dissidência oligárquica – que visava à superação da situação de periferia de atraso do Estado” (MACHADO, 1990, p. 54). Eram em sua maioria grandes latifundiários provenientes da política coronelística. Como já foi dito, os dois grupos diferenciavam-se no discurso e no ideal de estado, porém a simbiose entre os resquícios da política coronelística e a contradição entre o discurso e a prática política deram o tom das disputas nas relações políticas goianas no pós-1930.

Apesar de articulados em torno de uma plataforma conceitual-política negadora de princípios ligados à política coronelística da Primeira República, o grupo que assumiu o poder em Goiás não se absteve da utilização de práticas políticas violentas. Para Nasr Fayad Chaul, as acusações de violência pareciam “não estar a par das ‘ino-

vações' oriundas dos ventos de outubro de 30" (CHAUL, 1994, p. 167).

Mas a Revolução liderada por Vargas não negava as atitudes coronelísticas ligadas à Primeira República? Então não se romperia com a violência? Sim e não. Realmente era comum ao discurso, por parte das bases varguistas no estado, tanto antes quanto depois do golpe de estado em 1930, a negação a atos políticos que se remetessem à forma de governo vivenciada durante a Primeira República, porém não se registrou em Goiás um efetivo rompimento com as práticas políticas comuns ao período pré-1930. A utilização de práticas violentas continuou a permear o ambiente político goiano.

As acusações de violência, no entanto, podem ser interpretadas como uma prática existente mesmo antes de outubro de 1930. Em 1929 o Presidente do Partido Democrático em Catalão fez queixas ao então Senador Ramos Caiado sobre Luís Sampaio.

Foi transferido para o Porto Mão de Pau, neste município, o Snr. Palmério Souto, que aqui era um dos baluartes do Luís Sampaio como seu jagunço que é casado com a sobrinha do General Sócrates. Fui informado de que o mesmo trouxe em sua companhia o bandido Palmatória e outros mais, e tendo eu escripto ao Cel. Luis Guedes, pedindo a sua transferência para outro lugar, venho solicitar a V. ex. o favor de providenciar para que tal indivíduo aqui não permaneça. (Getúlio Vaz a Ramos Caiado em 30-11-1929. AP.L.: Pasta 003)

Mesmo sob acusações de práticas violentas e associações com um "jagunço" (a figura do jagunço durante o período da Primeira República personificava a imagem da violência dos coronéis), Luiz Sampaio e sua família foram componentes da base de Ludovico, inclusive sendo a Diógenes, filho de Luiz Sampaio entregue à intendência da cidade de Catalão. Um ano depois, o acusador Getúlio Vaz se viu no papel de acusado. Em 1930 ao assumir a Prefeitura de Catalão, Diógenes ajudou a conduzir o processo judiciário aberto contra Getúlio Vaz por crimes políticos. Em um trecho da carta Diógenes diz:

Como responsável máximo do mal estar em que encontrei assumindo a Prefeitura é apontado Getúlio Vaz 1.º Tabelião e, até então, chefe político truculento, intolerável e desonesto. Este senhor que não se parou de manter com a ex-intendência as transações mais torpes ao seu cargo de tabelião e official de registro geral e das hipotecas praticou as maiores insanidades, extorquindo de seus clientes importâncias que não lhe eram

devidas, acumpliciou-se com a política, que lhe era subserviente, para praticar crimes de mortes, perseguiu covardemente os seus desafetos, valendo-se para isto do prestígio que lhe postava o governo decaindo deste Estado. (Diógenes Dolival Sampaio a Urbano Beroquó - 16-12-1930).

Os atos políticos ligados à violência foram no período do pós-1930 utilizados como mecanismos de acusação e de conspiração na base ludoviquista. O próprio Pedro Ludovico, quando interventor, foi acusado de se valer de perseguições políticas em seu governo. Na dissertação de mestrado intitulada *Percursos da memória: a trajetória Política de Pedro Ludovico*, a autora Marilena Julimar Fernandes estuda as construções de memória e esquecimento histórico acerca da imagem Pedro Ludovico, utilizando como fonte principal para sua pesquisa a obra *Memórias*, de autoria do próprio Pedro Ludovico. Em certo trecho, Marilena utiliza-se de uma citação de Joaquim Rosa que, no período do governo de Ludovico, “exercia a função de editor chefe de um dos principais jornais do estado de Goiás: O YPAMERI” (FERNANDES, 2003, p. 68). Em um artigo intitulado “Tempo quente”, Rosa diz que Ludovico,

quando percebeu que a onda subia, ameaçando seriamente seus projetos fez o que faria qualquer outro político do mesmo naipe (sic). Arregaçou as mangas, quebrou o chapéu na testa e derrubou a madeira no adversário sem dó nem piedade. Engajou na luta todos os meios que dispunha. Lícitos ou não. (...) Não podendo vencer pela persuasão, convenceu pela borduna. Ou comprando com dinheiro ou com emprego. Repetiu o que os Caiado fizeram. (...) Ludovico não escapou do quadro por ele esboçado (apud FERNANDES, p. 72).

No entanto, quando perguntado décadas depois de sua saída da administração do Estado, sobre “as histórias de perseguições e espancamentos”, em entrevista publicada no *Jornal Opção*, em 1978, e republicada em junho de 2009 pela *Revista UFG*, Pedro Ludovico de forma direta e objetiva assim responde: “São histórias” (www.proec.ufg.br/revista_ufg).

Ao se analisarem as obras sobre a história de Goiás, nota-se que a violência é tratada como fato comum à política da época pré-golpe de 1930, sendo porém os fatos ligados a práticas políticas pós-1930 encarados por alguns autores (como por exemplo Nasr Fayad Chaul, que se refere aos casos de violência política em Catalão na década de 1930) como um mero “desvio do progresso” (CHAUL, 1994, p. 166). Entretanto, o

autor não leva em consideração o fato de que essa prática era comum, tanto antes do Governo de Vargas, quanto durante e posteriormente ao seu governo, não podendo então ser encaradas como um elemento exterminado do campo político pelo movimento de 1930. Ao se referir ao período da Primeira República em Catalão, o memorialista catalano Cornélio Ramos escreve:

A violência influía de tal modo sobre o espírito das pessoas que o prestígio político era avaliado de conformidade com a valentia dos seus líderes, ou pela qualidade e quantidade de seus jagunços. Os partidos políticos eram denominados de acordo com o tipo das carabinas usadas pelos seus sequazes (RAMOS, 1997, p. 61).

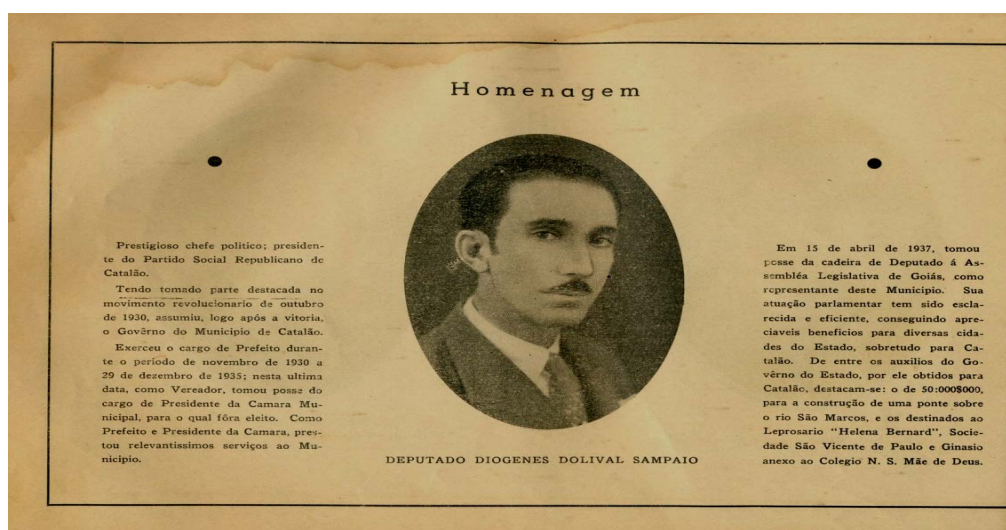
Percebemos, a partir de nosso estudo, que parte dos historiadores goianos que estuda o período, de certa forma embarca nos discursos dos personagens políticos de 1930 – que se valiam de acusações de utilização de práticas que remetiam à Primeira República como meio de desqualificação de seus adversários – e os historiadores não percebem como essas práticas eram utilizadas na luta política pós-golpe.

Os artifícios de acusação e negação de ligações com atos que remetiam aos praticados na Primeira República, principalmente atos violentos, eram comuns à política goiana do período. Quem acusava inferia ao acusado o status de traidor dos princípios ditos revolucionários. No entanto, quem era acusado trazia consigo a mácula do “atraso”. Afinal a Revolução não propunha a instauração da modernidade? Do “novo”? Ligar-se a práticas comuns do antigo governo estabelecido na Primeira República e derrotado em 1930, era também ligar-se ao “atraso”.

Em meio a um cenário político conturbado, no qual se tornou a política goiana no período do governo constitucional de Vargas (entre 1930 e 1937), não apenas acusar, mas mostrar-se condizente com as condutas ditas como “novas” ou “modernizantes”, também se fazia necessário por parte dos agentes políticos goianos que compunham a base do governo. Participante no movimento de 1930, Diógenes Dolival Sampaio surgiu após a vitória do movimento liderado por Vargas como líder político local em Catalão. O almanaque anual *Catalão Ilustrado* de 1937, produzido por Antônio Jorge Azzi, que exercia o cargo de Secretário do Partido Social Republicano de Catalão (o mesmo de Diógenes) e de Secretário da Prefeitura de Catalão simultaneamente, relata em certo trecho a figura de Diógenes como Intendente Municipal de Catalão.

A vitória da Revolução de 1930 fez com que assumisse o Governo do município de Catalão o Sr. Diógenes Dolival Sampaio, moço dotado de superiores princípios democráticos. De espírito inovador e esclarecido, ao seu ideal de liberdade e progresso aliava-se destemeroso patriotismo; tanto assim que na direção dos negócios do município, imprimiu ao seu governo diretrizes inteligentes (AZZI, 1937, p. 68).

Provavelmente não foi em vão a homenagem, feita por Azzi a Diógenes Sampaio, vista na ilustração a seguir, do Almanaque *Catalão Ilustrado* de 1937.



Fonte: Almanaque Catalão Ilustrado-1937

A exposição da imagem de lideranças políticas foi um elemento constantemente utilizado pelo Governo de Vargas na tentativa da construção do sentido nacionalista de nação. A exaltação da figura do líder era frequente no período. Em momentos de grande agitação política não apenas acusar, mas promover-se e promover a exposição pública de seus pares constituía um elemento importante em meio ao cenário político goiano.

Em 1933 em relatório enviado a Getúlio Vargas, Pedro Ludovico, na introdução do documento, reforça seus atos para (...) "livrar o país da influencia nefasta dos que exploravam por meio de uma política violenta, desonesta e retrograda" (Pedro Ludovico, em Relatório apresentado a Getúlio Vargas, 1933)

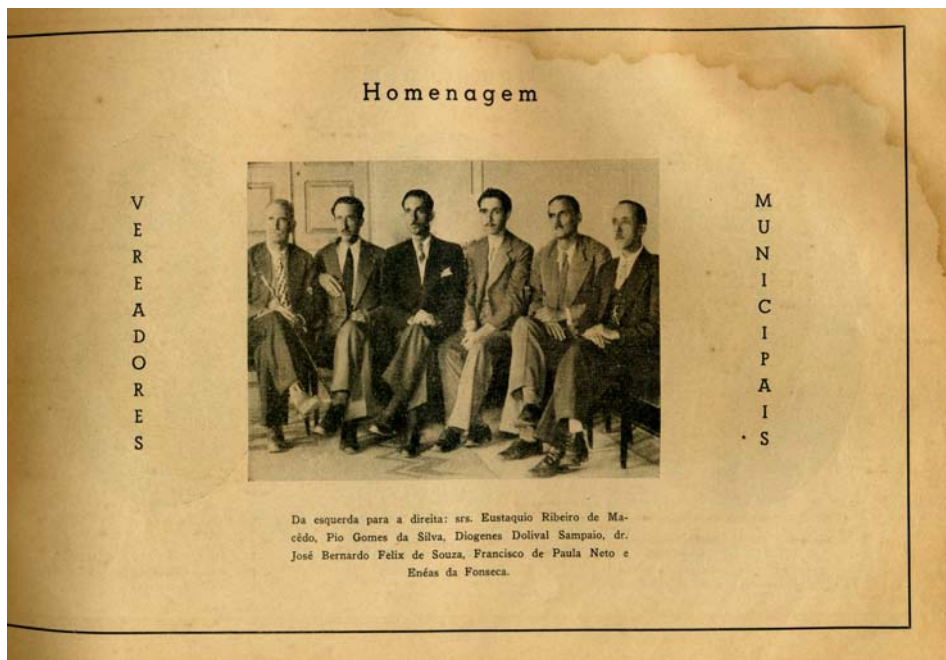
O clima de expectativa que se formou em torno da possibilidade de haver eleições a partir de 1933, gerou cisões no Partido Social da República entre Pedro Ludovico e Domingos Netto Vellasco. Segundo Maria Cristina,

O partido se divide em correntes Ludoviquistas e Vellasquistas e a 23 de agosto o Partido Popular de Ipameri escreve a Pedro Ludovico comunicando-lhe o apoio a candidatura de Domingos Netto Vellasco à presidência constitucional do Estado (MACHADO, 1990, p. 132).

Em Catalão a adesão do Partido Popular de Ipameri ressoou fortemente. Diógenes Sampaio escreve a Ludovico, demonstrando seu apoio em meio à crise, ao então Interventor Estadual:

Não quero mais sacrifício em lutas políticas e se o dever de lealdade e solidariedade ao seu governo me impuser a votar em Vellasco como candidato para o governo constitucional de Goiás, renunciarei ao meu cargo de Prefeito, porque a minha atitude é inabalaável. Vejo que Vellasco faria, no período do governo constitucional, uma atuação ditatorial, inteiramente diversa do seu (apud MACHADO, 1990, p. 129).

Diógenes Sampaio administrou Catalão por cinco anos, entre o final do ano de 1930 até o ano de 1935. Em 1935, apesar de afastar-se da administração do município, conseguiu eleger seu candidato a prefeito, o Sr. Anízio de Oliveira Gomide, conseguindo eleger-se também vereador, assumindo a presidência da Câmara Municipal. Em 1937 Diógenes assumiu o cargo de deputado estadual.



Fonte: Almanaque Catalão Ilustrado, 1937
Em relatório enviado a Pedro Ludovico em 1933, e publicado no almanaque Ca-

talão Ilustrado, Diógenes Sampaio fala sobre suas práticas políticas.

Encarando os fatos com superioridade de vistas, não pratiquei vindictas, não fiz perseguições nem coação alguma, mas perdoei a meus adversários e restituí ao povo catalano a liberdade e as garantias individuais que lhe haviam suprimido e de que tanto carecia para a consecução regular de sua obra de progresso e de grandezas (SAMPAIO, apud, AZZI, 1937, p. 70).

Apesar de o relato enviado a Pedro Ludovico por Diógenes demonstrar sua preocupação com os ideais propostos pelo movimento de 1930, por meio do confronto entre as fontes utilizadas na pesquisa e o estudo feito por Maria Cristina Teixeira Machado, acerca da intervenção de Pedro Ludovico no estado de Goiás, nota-se que eram constantes as críticas aos métodos políticos do Interventor catalano. Em carta anônima enviada a Pedro Ludovico, em 1933, o autor faz queixas aos atos de Diógenes.

É um horror o que essa ave de rapina tem furtado dos cofres públicos e dos particulares. O tirano vai às roças e ameaça todo mundo para votar com ele e acaba violando os lares dos pobres matungos! Ninguém aqui tolera esse analphabeto de família de assassinos e de patrões! Só gente da marca delles é que o acompanha. E é um absurdo que onde há tanta gente honesta e competente, esteja a exercer o mandonismo burguês que governam tantos intelectuais distintos (apud MACHADO, 1990, p. 131).

Apesar de anônima a carta encaminhada ao Interventor Ludovico, esta nos ajuda a refletir acerca do ambiente político catalano na década de 1930. Segundo Nasr Fayad Chaul, em 1933,

a situação política estava polarizada entre o grupo de Diógenes Dolival Sampaio e o que apoiava Domingos Netto Vellasco, formado entre outros por Mário de Cerqueira Netto, Christiano Ayres da Silva, Augusto Pimentel Paranhos e Randolpho Campos. Vellasco procurava ampliar suas bases eleitorais e encontrou nestes políticos uma forma de estar com o governo de Pedro Ludovico e contra os Sampaio (CHAUD, 1994, p. 169).

A oposição a Ludovico encontrada no apoio a Vellasco pelo Partido Popular de Ipameri, juntamente com as aspirações vellasquistas do grupo opositor aos Sampaio em Catalão, demonstram a difícil situação que o Governo Provisório de Ludovico en-

contrava na região. No entanto segundo Maria Cristina Teixeira Machado,

Homens como Carvalhinho (Jataí), Diógenes Sampaio (Catalão), Sidney de Almeida (Santa Rita), Floriano Camarú (Ipameri), são frequentemente denunciados por suas atitudes negadoras dos princípios revolucionários (MACHADO, 1990, p. 131).

Entre os “*homens*” citados por Machado nota-se que tanto Diógenes em Catalão, quanto Floriano Camarú em Ipameri enfrentavam em seus redutos o crescimento de grupos que com eles disputavam o poder, e que se articularam com Domingos Vellasco para a conquista de seus objetivos. As acusações, comuns à base varguista no estado, em tempos eleitorais aos quais se encontrava o Estado de Goiás, deram à base ludoviquista na região um clima de instabilidade. Apesar das articulações, que visavam à deposição de Ludovico, em 1933 o interventor estatal conseguiu contornar a crise e continuar no poder.

Nesse contexto de instabilidade e de disputas políticas, a construção de Goiânia inseria-se como marco fundamental dos planos de adequação do estado de Goiás ao novo cenário econômico nacional. Goiânia representaria toda a conceituação de modernidade e progresso, do grupo que ascendeu ao poder em 1930 no país. Segundo Nasr Fayad Chaul,

Pedro Ludovico rotulava Goiás de centro ‘oligárquico, decadente e atrasado’. Goiânia seria seu inverso. Decadência e atraso eram, então, argumentos recuperados no momento para reforçar a necessidade do novo (CHAUL, 2002, p. 214).

Em 1936, o governo de Ludovico enfrentou nova crise. O ambiente político em torno dos planos de mudança da Capital, desde o seu princípio, foi conturbado. Em decorrência da resistência ao projeto de mudança da capital do estado da cidade de Goiás para Goiânia – projeto estratégico para o desenvolvimento da “Marcha para o Oeste” em Goiás – a base de Pedro novamente se dividiu, agora entre mudancistas e não mudancistas. Surgiram inúmeras denúncias, por parte da oposição, sobre pressões e perseguições políticas. O ambiente conturbado que Ludovico enfrentava em 1936 colocava mais uma vez sua liderança em questão. Marilena Julimar, em seu trabalho ao citar um texto de Pedro Ludovico intitulado *A Cidade-Fanal*, nos mostra que “a nova capital representou uma fonte de atração para os projetos de ocupação da região Centro-Oeste (...)” (FERNANDES, 2003, p. 116). No trecho, Ludovico diz:

Goiânia é o ponto de referência da marcha para o oeste. É a estrela guiadora das caravanas de progresso e de trabalho, que hão de vir lavrar terras, multiplicar as colheitas, usufruir os recursos e industrializar as matérias-primas do Brasil Central (apud FERNANDES, 2003, p. 116).

Por trás da agitação política dos anos que compõem o governo provisório em Goiás, escondiam-se interesses políticos e econômicos que, em meio ao grupo heterogêneo componente da base varguista no estado, se misturavam com a política de reestruturação econômica do estado e tem influência direta na história política catalana.

A política de colonização do Centro-Oeste atraiu para Goiás uma grande quantidade de “pessoas de outros estados” (MACHADO, 1990, p. 128). A construção de estradas, ferrovias, pontes, usinas (entre outros), fazia parte do projeto de colonização do estado. Segundo Alcir Lenharo,

A mudança da paisagem social da Amazônia, de Mato Grosso e de Goiás se amarra na idéia de ampliação do mercado interno de consumo para absorver a crescente produção industrial (LENHARO, 1985, p. 20).

Em seus estudos sobre o processo de colonização das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, Lenharo procura demonstrar que, a estratégia do estado varguista para que “as ilhas de prosperidade industrial ocupassem os espaços despovoados” (LENHARO, 1985, p. 20) fazia com que as relações comerciais internas se estabelecessem em moldes imperialistas, sendo uma região “que produz, exporta manufatura e capitais e a outra que os recebe e remete matéria-prima de volta” (LENHARO, 1985, p. 24). Nesse contexto, Goiás se insere no papel de região colonizada em meio ao imperialismo interno estabelecido pelo governo federal, exercendo papel secundário no processo de reconfiguração da economia nacional.

Ocorre em Catalão, em 1936, em meio ao momento de crise vivenciado por Ludovico, o assassinato do farmacêutico Antero da Costa Carvalho. Apesar de não se comprovar judicialmente a autoria do crime, a família Sampaio é acusada pela população.

O memorialista Cornélio Ramos assim narra um breve momento da execução pública de Antero:

Amarraram-lhe uma corda ao pescoço, ataram suas mãos e o levaram pelas ruas aos

empurrões e pontapés, sem lhe permitir que falasse. Lá foram com o indefeso moço aos trambolhões, matando-o aos pouquinhos, espetando-lhe a cada passo a ponta de uma faca em todas as partes do corpo, nos braços atados, nas pernas, no ventre, nas costas, no peito, no rosto para fazê-lo sofrer bastante, num sadismo abominável. Quando passavam em frente a casa do Prefeito, Antero estava quase nu: suas vestes já estavam esfarrapadas pelas vergastadas recebidas e pelas pontas das facas que lhe riscavam o corpo da cabeça aos pés rasgando as roupas e abrindo as feridas do corpo (RAMOS, 1997, p. 108).

Segundo Nasr Fayad Chaul, “crimes como o de Antero vinham contra o discurso de progresso e modernidade, que implicavam civilidade e fim da violência em todos os níveis, proferidos pelo movimento de 30” (CHAUL, 1994, p. 195). Como estratégia, era sempre utilizado o argumento do progresso e do combate ao atraso, por Pedro Ludovico, para conter a crise. Diógenes havia muito era alvo de várias acusações e críticas por parte de seus adversários. Adversários estes que articulavam suas atitudes políticas junto a Vellasco em 1933: “Inocentes ou não no assassinato de Antero, o certo é que os Sampaio, principalmente Diógenes, perderam e muito em termos políticos junto ao dirigente estadual” (CHAUL, 1994, p. 195).

A imagem de Antero da Costa Carvalho em Catalão junto à população, ao longo dos anos que separam o período de sua morte e a contemporaneidade, vem sendo cultuada, assumindo então o farmacêutico o status de santo, atribuído por parte dos memorialistas catalanos e incorporado pela população local.



Fonte: <http://nossocatalao.blogspot.com>

Em relação ao caso de Antero, verifica-se um movimento de apropriação de sua imagem por parte dos memorialistas locais que discutem o tema, como Maria das Dores Campos, que chega a atribuir a ele seu primeiro milagre: a eleição de João Netto de Campos para a Prefeitura de Catalão em 1946, quebrando assim, segundo ela, a hegemonia das oligarquias rurais. Porém o que se percebe é que o caso de Antero pode ser interpretado como um exercício de construção de memória, afinal: 1) não se comprovou no processo a autoria do crime; 2) a família Campos (a mesma de João Netto) compôs os quadros oligárquicos em Catalão, chegando a protagonizar cenas de violência lendárias na cidade, portanto o argumento de que a eleição de João Netto colocaria fim ao domínio dos coronéis em Catalão, elencado por Maria das Dores, não se torna procedente; 3) não se pode negar que tanto o beneficiado pelo milagre, João Netto de Campos, quanto Domingos Netto Vellasco e Maria das Dores Campos, são parentes consanguíneos, portanto o distanciamento da autora para com o seu tema pode ser colocado a prova. Constata-se então que o caso de Antero foi apropriado à época pela oposição a Diógenes, bem com também foi utilizado por parte dos memorialistas catalanos (a maioria membros da elite municipal) para a construção de um ambiente que desvinculasse sua classe de casos ligados à República coronelística.

Em 10 de novembro de 1937, em seu discurso à nação, quando na ocasião instaura-se o golpe que lhe dá poderes ditatoriais (conhecido como Golpe do Estado Novo), Vargas, entre outras acusações, faz menção à organização partidária dos coronéis. Utilizando-se do termo “caudilhismo” para se referir ao coronelismo, o então presidente reforça a importância de seu golpe para que, entre outros motivos, fosse contida uma suposta retomada do poder por parte dos coronéis derrotados em 1930. “O caudilhismo regional dissimulado sob aparências de organização partidária arma-se para impor à nação as suas decisões, constituindo-se em ameaça ostensiva à unidade nacional”. (www.homemculto.wordpress.com).

O cenário político que compõe os sete anos do governo provisório de Getúlio Vargas foi marcado por intensa agitação. As interposições entre o governo federal, a Aliança Nacional Libertadora e o Partido Comunista culminaram em 1937 na promulgação de uma nova constituição que dava poderes de ditador a Vargas. Soma-se a esse cenário também o fato de que a organização em partidos foi a saída encontrada pelas oligarquias derrotadas em 1930 para a retomada do poder. Na cópia da ata da reunião do Diretório do Partido Social Republicano de Catalão, encaminhada a Pedro Ludovico por Luiz de Paiva Sampaio (Presidente do Diretório do Partido em Catalão), nota-se

em sua composição que o termo “coronel” é apresentado à frente de alguns nomes de membros do partido. Essa atribuição, inclusive, não corresponde a uma patente militar, mas sim ao comum chamamento dos chefes políticos pré-1930.

Aos doze dias do mês de outubro de mil novecentos e trinta e sete, nesta cidade de Catalão, num dos salões do Palacete de residência do Sr. Deputado Diógenes Dolival Sampaio às 20 horas, achavam-se presentes o mesmo senhor Deputado e os senhores Cel. Luiz Sampaio, Cel. Anízio de Oliveira Gomide, Nasr Faiad, Celestino Mendes dos Santos, Oligário Martins Teixeira, Sandoval Inácio Carneiro, José Pedro Calaça, Florindo de Oliveira Braga, João Moisés Nazar, Absalão Mendonça de Avelar, Ricardo Soares, Joaquim Fernandes Paranhos e Antônio Jorge Azzi, membros do Diretório do Partido Social Republicano deste município, bem assim distintas senhoras, autoridades e outras figuras de destacada projeção em nosso meio político-social, retro animadas. (Trecho da ata da Reunião do diretório do Partido Social Republicano em Catalão em 12/10/1937-A.P.L.:003)

No discurso de 10 de novembro de 1937, em certos momentos Getúlio Vargas se refere aos partidos políticos como “clãs facciosos” e chega a dizer que os mesmos levariam a “armar o problema político, não em termos democráticos, mas em termos de violência e de guerra civil” (www.homemculto.wordpress.com). No trecho seguinte Getúlio faz uma associação entre “as ameaças caudilhescas e o perigo das formações partidárias sistematicamente agressivas” (www.homemculto.wordpress.com). Em 1937 com a divulgação do Plano Cohen, em que se simulava um plano de tomada do poder pelos comunistas, fechou-se o congresso e foi colocada em vigor uma nova constituição. Estava dado o Golpe. Entre outros argumentos, o perigo de uma retomada do poder por parte das oligarquias que dominavam o estado no pré-1930 é utilizado por Vargas para reforçar seus motivos frente a sua atitude golpista.

Para Maria Cristina Teixeira Machado, em 1937, quando Vargas fecha o congresso e promove seu Golpe de Estado, Pedro Ludovico fortalece-se no poder. Segundo a autora o Golpe de Estado foi fundamental para Pedro Ludovico, para recompor suas bases e levar seu projeto de construção da nova capital à frente, portanto era necessário compor um novo ambiente político que o favorecesse. A articulação política com elementos que transparecessem práticas que se assemelhassem às praticadas na Primeira República, no ambiente político pós-golpe de 1937, em primeiro momento ia de encontro aos argumentos utilizados por Vargas para a justificativa de seu Golpe de Estado.

Portanto, para Ludovico era fundamental que suas estratégias de articulação política fossem reformuladas. Associar-se a elementos acusados de práticas consideradas pelo Estado como caudilhescas, de certa forma, inferia ao Interventor, no mínimo, o status de conivente com práticas combatidas (pelo menos no discurso) pelo Governo de Vargas. Em 1937, logo no período pós-golpe, Pedro Ludovico Teixeira substituiu em Catalão o Interventor. Luís Alcântara de Oliveira (pertencente ao grupo liderado por Diógenes) deu lugar ao Tenente Públio de Souza. Segundo Aline Tavares a escolha especificamente da figura de Públio de Souza explica-se por conta de sua amizade com o Interventor do Estado:

Vale lembrar que a Revolução de 1930 representou para os jovens militares idealistas a oportunidade de mudanças profissionais, visão de política e, sobretudo, de acesso ao poder. Pedro Ludovico foi revolucionário em 30. Assim sendo, tornou-se amigo de Getúlio Vargas, Governador do estado de Goiás e também amigo de Públio de Souza, chegando até a nomeá-lo como Prefeito de Catalão (TAVARES, 1995, p. 17).

Apesar de a documentação e a bibliografia utilizadas na pesquisa não nos apontar a origem política de Públio, constatamos por meio da carta por ele enviada ao Interventor Ludovico que o mesmo, antes de ser enviado a Catalão, residia na cidade de Goiás.

Grande chefe e amigo Dr. Pedro,

Em primeiro lugar, os meus vivos agradecimentos pela sua atenção para comigo contida em seu telegrama de ontem. À falta de outra colocação estável, eu havia pleiteado nomeação para Goiás. Somente esse motivo. O clima a água e outras causas maltrataram-me sobremaneira, na velha capital, fazendo de mim um neurastênico quase insuportável. Ademais, lá, experimento a impressão de ter me separado de Goiânia, ficando muito aquém do progresso e da civilização que a Nova Capital nos deu, enchendo-nos de esperança e bem estar. (Públio de Souza a Pedro Ludovico. Catalão, 4.01.1938-A.P.L. pasta 083).

Em dezembro de 1937 chega a Catalão o Tenente Públio de Souza, que fora indicado por Pedro Ludovico para assumir a Prefeitura Municipal de Catalão. Diógenes inconformado com a decisão de Pedro Ludovico muda de atitude, opondo-se ao Interventor do Estado. O coronel João Cerqueira Neto relata a Ludovico.

Para o conhecimento de V. ex. venho comunicar-lhe que se encontra em S. Lourenço, Misael Nogueira, cunhado do Sr. Diógenes Sampaio. Consta, em rodas bem informadas, que é mesmo como emissário de Diógenes levou a incumbência de apresentar, ao Sr. Presidente da República, Dr. Getúlio Vargas, infundadas queixas contra política e administração de V. ex., pois o que elles, Sampaio, visam é a posse do poder, com cuja perda não se conformam (CERQUEIRA, apud MACHADO, p. 174).

Em dezembro de 1937 chega a catalão o Tenente Públio de Souza, que fora indicado por Pedro Ludovico para assumir a Prefeitura Municipal de Catalão. Públio ao assumir a Prefeitura de Catalão no final de 1937 chega à cidade não apenas com a missão de substituir Diógenes Sampaio, por conta de sua amizade com o Interventor do Estado, mas também para representar o braço direito de Ludovico na região, sendo então nomeado para compor da base de sustentação ludoviquista e dar andamento ao projeto de colonização do Estado Novo para o interior do país. Porém segundo Alcir Lenharo,

Quando se fala em colonização no período, fala-se em “Marcha para o Oeste”, apenas para apontar seu caráter retórico e mítico, distante de uma possível factibilidade material. Num texto de resultados parciais, pude alinhar, no entanto, o peso relativo das realizações materiais dos programas nascidos dessa proclamação. À medida que a pesquisa evoluiu, os desdobramentos da proclamação permitiram-me perceber como foi sendo articulada a política geral de colonização do Estado Novo, estrategicamente centrada sobre a criação de colônias agrícolas nacionais no interior do país, nas áreas ditas “vazias”. Tal política foi sendo implantada simultaneamente à manutenção de alianças com os grandes proprietários de terras que não foram afetados diretamente pelas obrigações trabalhistas aplicadas nas cidades (LENHARO, 1986, p. 14).

Em Goiás não foi diferente. Com a criação de colônias agrícolas no norte do estado (que levou a uma corrida pela ocupação das terras por parte de pequenos proprietários), a construção de Goiânia e a implantação de planos de ampliação da infraestrutura produtiva e de transportes impulsionaram a supervalorização das terras goianas e o aumento da mão-de-obra barata (decorrente do movimento migratório em direção ao estado). Entendemos então que os maiores beneficiados em tal situação foram aqueles que tinham condições de produzir em larga escala (afinal existia um forte mercado de venda de matérias-primas para os grandes centros, em função da política imperialista do estado, que foi impulsionado pela construção de rodovias e ferrovias);

e quem dispunha de grande quantidade de terras expostas ao processo de especulação imobiliária gerado pelo movimento migratório em direção ao estado. Ou seja, as oligarquias.

Portanto, percebe-se que em Goiás no período do pós-golpe de 1937, não ocorreu uma caça às lideranças oligárquicas, mas sim um movimento de adaptação das bases à nova política do estado para atender às novas diretrizes do governo federal, que pretendia implementar suas políticas sem contar com as intempéries inerentes à instabilidade da política oligárquica, sem que isso causasse um desligamento completo das lideranças locais. Substituíram-se as lideranças problemáticas para os planos do Estado, como Diógenes, mas manteve-se a aliança com a estrutura oligárquica que comandava o estado. O movimento de substituição das forças dominantes da cidade no período do Governo Provisório, no entanto, não foi um fato ligado somente à História política catalana. Segundo Francisco Cristovam de Ávila, na cidade de Sant'ana (atualmente chamada Uruaçu), logo após o Golpe de 1937, o Interventor Manoel Fernandes de Carvalho foi substituído posteriormente ao golpe por "João Pereira Couto, de idade já avançada (70 anos), extremamente nervoso e intolerante" (ÁVILA, 1993, p. 59). No caso de Catalão, coube a Ludovico a nomeação de uma figura política com caráter técnico e disciplinado, um militar, para que fossem asseguradas a implementação dos planos estadonovistas e a estabilidade de sua liderança pessoal na região. Esse movimento de substituição de forças políticas locais presume um elemento utilizado por Pedro Ludovico em sua estratégia política pós-golpe de 37.

Apesar do caráter regional de abrangência do tema, sua fundamentação e desígnios só podem ser entendidos se o incluirmos no contexto das novas configurações do Estado brasileiro pós-golpe de estado de 1930, quando a construção de uma visão corporativa de sociedade e estado pressupunha medidas impositivas de intervenção social, assim como atribuía um papel essencial ao Estado na condução, não só política da sociedade, mas também econômica e cultural. A partir do estudo do referido tema, espera-se estabelecer ampla discussão, contribuindo assim para o debate historiográfico acerca do referido período histórico.

Referências

ÁVILA, Cristovam Francisco de. *História do município de Uruaçu*. Uruaçu: edição do autor, 1993.

- AZZI, Antonio Jorge. *Catalão Ilustrado*. São Paulo: Linotechnica, 1937.
- CAMPOS, Maria das Dores. *Catalão, estudos históricos e geográficos*. Goiânia: Bandeirantes, 1979.
- CHAUD, Antonio Miguel Jorge. *Memorial do Catalão*. Goiânia: ed. do autor, 2000.
- CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Ed. da UFG, 2002.
- FERNANDES, Marilena Julimar. *Percursos de Memórias: a trajetória política de Pedro Ludovico*. Universidade Federal de Uberlândia. Dissertação de Mestrado, 2003.
- FREITAS, Eliane M. *O significado da justiça, violência e aplicação da lei em Goiás - 1890/1941*. Dissertação de Mestrado. Franca: UNESP, 2005.
- GOMES, Luís Palacín; CHAUL, Nasr Fayad; BARBOSA, Juarez Costa. *História política de Catalão*. Goiânia: Editora da UFG, 1994.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Papirus, 1986.
- _____. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. Campinas: Editora da Unicamp, 1985.
- MACHADO, Maria Cristina Teixeira. *Pedro Ludovico: um tempo, em carisma, uma história*. Goiânia, Cegraf/UFG, 1990.
- PEREIRA, Laurindo Mékie. A Nova História Política e o marxismo. *Opsis. Dossiê História e Perspectivas*. UFG - Campus Catalão. Catalão. V. 8, n. 11. jul./dez. 2008, p. 97-119.
- RAMOS, Cornélio. *Catalão: poesias, lendas e histórias*. 3 ed. revista e ampliada. Catalão: Gráfica Modelo, 1997.
- RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.
- SILVA, Ana Lúcia. *A Revolução de 30 em Goiás*. Goiânia: Câne Editorial e Agepel, 2001.
- TAVARES, Aline Maria Fonseca. *Perspectivas de uma nova abordagem de Catalão*. Universidade Federal de Goiás/CAC. Monografia de final de curso. Catalão, 1995.